

jovem sonhador cadete da Escola Militar do Realengo, e que era um homem padrão em todos os sentidos; e depois o General Bethlem, já ex Major e ele Tenente-Coronel, meu instrutor na Escola do Estado Maior das Forças Armadas. Portanto, pode V. Ex<sup>a</sup> verificar com que alegria esse seu humilde colega, que ainda tem na cepa a formação militar, vê chegar ao mais alto posto de generalato brasileiro esses três indiscutíveis grandes generais.

**O SR. MATTOS LEÃO (ARENA — PR)** — Gratíssimo ao aparte do eminente Líder Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — PR)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. MATTOS LEÃO (ARENA — PR)** — Com muito prazer, Senador Leite Chaves.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — PR)** — O General Tourinho, hoje merecidamente promovido ao mais elevado posto de sua carreira, é oficial brilhante, probo e muito sério. No Paraná, seu Estado de nascimento, e o que eu represento, nesta Casa, ele é estimado e respeitado acima das posições partidárias. Por isso congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela homenagem justa e oportuna que está prestando ao ilustre militar.

**O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) — Não conheço pessoalmente, Senador Mattos Leão, o General Ayrton Pereira Tourinho. Por seu intermédio, porém e o conhecimento de longa data — e seu propósito deliberado, que sempre externou conceitos, os mais primorosos, a respeito de tão ilustre paranaense, aprendi a admirar o General Ayrton Pereira Tourinho a quem, através de V. Ex<sup>a</sup>, também desejo homenagear na tarde de hoje.

**O SR. MATTOS LEÃO (ARENA — PR)** — Grato pelos apartes dos nobres Senadores Leite Chaves e Helvídio Nunes.

Concluindo, Sr. Presidente, a nossa homenagem a Ayrton Pereira Tourinho e aos demais oficiais promovidos representa o sentimento de admiração do povo do Paraná ao coestadoano, ao amigo, ao militar combativo e justo, culto e capaz, ao eminente General-de-Exército a quem damos as mãos para marchar confiantes e seguros em direção ao nosso destino de grandeza.

**O Sr. Accioly Filho (ARENA — PR)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MATTOS LEÃO (ARENA — PR)** — Ouço o nobre Senador Accioly Filho.

**O Sr. Accioly Filho (ARENA — PR)** — Na oportunidade em que V. Ex<sup>a</sup> traz para este plenário justa e merecida homenagem ao eminente General-de-Exército Ayrton Pereira Tourinho, recém-promovido, sinto-me à vontade e porque não dizer sensibilizado em poder secundá-lo.

O General Ayrton Pereira Tourinho passa a figurar, de hora em diante, no mais alto posto do Exército Nacional. Só este fato, nobre Senador Mattos Leão, já é motivo de gala para todos nós paranaenses. Mas, acresce que o General Ayrton Pereira Tourinho, na convivência, quer de ordem profissional, quer de ordem pessoal, deixou, por onde passou e principalmente no nosso Estado, onde tivemos oportunidade de conviver mais de perto com Sua Excelência, grande pleiade de admiradores pela sua maneira tranqüila, justa e sábia de comandar.

Sempre presente nos momentos de decisão, não esquivou-se, nunca, de emprestar sua capacidade de trabalho aos mais altos interesses da Nação.

Congratulo-me, pois, nobre Senador, pela brilhante e oportuna homenagem, fazendo votos que o eminente paranaense Ayrton Pereira Tourinho, tenha novos e profícuos êxitos.

**O SR. MATTOS LEÃO (ARENA — PR)** — Agradeço o aparte do nobre Senador Accioly Filho, ilustre colega de Bancada, que vem enriquecer o nosso modesto pronunciamento.

V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador, traz, com autoridade, a expressão de seu júbilo e a de todos os paranaenses a esta homenagem ao General Ayrton Pereira Tourinho.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana.

**O SR. LUIZ VIANA (ARENA — BA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Unindo o útil ao agradável, val-me das férias parlamentares para aquilatar não apenas o que está sendo, na Bahia, levado a bom termo pelo Governo Federal, mas também quais as aspirações mais vivas, mais prementes, do povo do meu Estado.

Quanto ao que se realiza pelo trabalho conjugado do Estado e da União, nada sobreleva ao Pólo Petroquímico do Nordeste, realmente destinado a mudar a fisionomia de toda a região.

Decidia graças ao empenho e à determinação do Presidente Médico, que precisou vencer imensas resistências para atender ao que então lhe solicitara em nome da Bahia e dos interesses da segurança nacional, a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste somente se tornou possível pelo entusiasmo do Presidente Geisel, que, na direção da PETROBRÁS, afastou numerosos obstáculos postos no caminho da concretização do empreendimento. Hoje já os seus efeitos começam a fazer-se sentir na receita do Estado, mas é imprevisível o que representará, devendo, em breve, promover a duplicação da arrecadação da Bahia. Acredito que, na vida, no desenvolvimento e na prosperidade dos baianos, a petroquímica terá influência semelhante à que representou o café, na sua fase áurea, para os paulistas, e, posteriormente, para o Paraná.

Não é apenas obra de grandes dimensões, envolvendo grandes recursos e aprimorada tecnologia, mas acima de tudo uma dessas realizações que irão deflagrar todo um processo do desenvolvimento cuja dimensão última será difícil imaginar. Sabemos ser inicialmente grandiosa, significando não apenas o enriquecimento do Estado e o oferecimento de dezenas de milhares de empregos, mas dificilmente poderíamos saber hoje a sua dimensão final.

De fato, no setor econômico a petroquímica representa o que há de mais importante. Mas, isso não significa inexistirem outros setores também em franca floração, como é o caso do pólo cafeeiro, extraordinariamente promissor, e que, conjugado ao cacau e à pecuária, áreas também em apreciável desenvolvimento, deverá propiciar à agropecuária da Bahia um período de crescimento bastante significativo, principalmente se a ampliação do crédito rural, no Nordeste, prosseguir no ritmo atual.

Somente o Banco do Brasil elevou as suas aplicações do Nordeste, excluído o Maranhão e o Nordeste de Minas Gerais, de cerca de seis bilhões, em 1973, para um montante previsto de trinta e quatro milhões no ano corrente.

Especialmente o pólo cafeeiro, localizado nas terras altas do sudoeste baiano e no qual poderão ser implantados trezentos milhões de cafeeiros, representa corajosa iniciativa do Governo Federal. Mas, justamente pela importância que deverá ter não é prematuro que desde logo comecem a ser cuidados os aspectos da industrialização, da comercialização, e também da eletrificação rural, complemento indispensável à adequada atividade agrícola.

Poderia falar ainda, e com inteira justiça e oportunidade, do que têm representado, sob o ponto de vista social, os novos rumos impressos ao INPS e ao FUNRURAL, ambos em fase de ampliação e aprimoramento dos seus serviços, na realidade ainda bastante deficientes. O importante, no entanto, não é apenas o que está feito, mas, principalmente, o que se busca fazer. E sob esse prisma, voltado para um futuro próximo, tenho a impressão de estarmos no bom caminho. Ainda há imensas lacunas, especialmente em relação à área do INPS, cujo atendimento ainda deixa a desejar. Mas, o que se percebe é honesto propósito de melhorar: existe a consciência de que há ainda um enorme caminho a percorrer antes que chegarmos a um

ponto razoável em matéria de previdência social. E nesse sentido é o esforço que se realiza. Contudo, visto ser meu propósito abordar preferencialmente alguns aspectos econômicos, não me deterei para mais acurado exame desses aspectos de benemérita política social do Governo.

Mas, se aforei o que no momento se realiza em favor do desenvolvimento econômico, desejo seja-me permitido dizer algo sobre o que a Bahia aspira seja alcançado pela ação do Governo Federal. Sob esse prisma o que há de mais importante é a efetivação do projeto do Cobre, o tristemente famoso projeto Caraibas, agora em fase de reajustamento e reativação. Há quase vinte anos que a Bahia, e também o Brasil, esperam pela implantação desse projeto, que tem sido uma espécie de miragem, acenando-nos com sucessivas ilusões.

Há mais de um século, desde quando se realizaram os estudos para construção da estrada de ferro para o São Francisco foram assinaladas as jazidas de cobre ainda hoje inexploradas, apesar do que deveriam representar, não somente em economia de divisas, pois despendemos mais de duzentos e cinquenta milhões de dólares anualmente na importação de cobre, mas o que significará em relação à segurança e ao aproveitamento de mão-de-obra, que se estima, somente quanto à Bahia, em mais de dois mil e trezentos empregos diretos. E isso, permitam-me que assinale, apesar do nosso modestíssimo consumo, que não vai além de 1.3 kg por habitante, enquanto nos Estados Unidos se eleva a 14.2 kg e na Austrália a 10.3 kg.

Atualmente, até onde me é dado conhecer, as pesquisas pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia — o CEPED — órgão criado quando governei o Estado, e que trabalha em convênio com o FIBASE, subsidiária do BNDE encarregada do problema do cobre, já é possível estimar em 50 milhões de toneladas com um índice de 1.67%. O que significa a possibilidade de uma exploração de cerca de 20 anos, na base de 40 mil toneladas/ano, abrindo possibilidade para, com o adicionamento de concentrado importado pode-se alcançar, sem maiores riscos, a produção de 100.000 toneladas/ano, escala econômica conveniente.

É necessário acrescentar que estas reservas não esgotam as possibilidades da região, tendo em vista indícios promissores ainda não dimensionados, próximos a Caraiiba. Não se pode esquecer a possibilidade de transportar concentrado do Sul, por via marítima, para a Bahia dando economia de escala ao empreendimento nordestino.

Segundo previsões do Conselho dos Não-Ferrosos e de Siderurgia — CONSIDER, o País deverá depender até o ano de 1983 aproximadamente 4 bilhões de dólares na importação de Cobre, o que representa ônus sobremaneira elevado para a nossa combalida balança de pagamentos.

Não resta dúvidas quanto ao acerto da decisão do Governo ao assumir, através de Insumos Básicos S/A — Financiamento e Participações — FIBASE (subsidiária do BNDE), o controle acionário da Caraiiba Metais S/A e da Companhia Brasileira de Cobre.

É necessário agora, diria é urgente e mesmo vital para o País que o Governo acelere a implantação do Complexo Minerometalúrgico na Bahia, destacando os recursos financeiros necessários, e que deverá compreender uma metalurgia em Aratu e a mineração/concentração do Município de Jaguarari a 500 km de Salvador, onde se localizam as jazidas; como é sabido, esta última região dispõe de condições pluviométricas das mais severas do chamado "Polígono das Secas".

A economia da região, habitada por mais de 100.000 pessoas, reduz-se a uma agropecuária rudimentar de subsistência.

Não é necessário ressaltar os efeitos sociais que o Governo do eminente Presidente Geisel poderá levar para a região com este empreendimento, gerador de mais de 2.000 empregos diretos. Não podemos, porém, a bem da verdade, limitar os efeitos desta importante iniciativa às suas consequências sociais em regiões tão castigadas pela natureza; os seus efeitos, repito são de importância para o País, pelo que representa em drástica redução de importações.

O grau de alta prioridade e de urgência neste empreendimento se justifica por si mesmo, mormente quando consideramos que a existência de cobre nessa região é conhecida desde 1874.

Constitui-se também este empreendimento em excelente oportunidade para a política de descentralização industrial, sem falar nas possibilidades de aumento de produção de fertilizantes no Nordeste com o aumento de oferta de ácido sulfúrico que este empreendimento provocará, pois, como se sabe, são os fertilizantes grandes consumidores desse ácido.

No particular eu direi que por haveremos perdido um tempo imenso e valioso, é imprescindível não se protelar por mais um minuto a decisão a ser tomada, e logo posta em execução. Cada minuto de atraso serão milhares de dólares de divisas perdidos.

Igualmente importante para o Brasil e para a Bahia será o rápido incremento da implantação de usinas para a produção do álcool extraído da mandioca, de modo a gradativamente ganharmos fontes de energia que possam até nos libertar da importação de petróleo. Hoje isso não é uma utopia, mas palpável realidade conquistada pela tecnologia. Mas, se entre os países poucos terão condições tão favoráveis quanto às do Brasil para a obtenção do álcool tirado da mandioca, talvez nenhum Estado tenha, no Brasil, melhores condições do que a Bahia.

Realmente, essa utilização somente se tornará possível em um país reunindo condições favoráveis; grande extensão territorial; situação em zonas de baixas latitudes; regime adequado de insolação; disponibilidade de terras cultiváveis ainda não incorporadas ao sistema produtivo; estágio adequado de desenvolvimento tecnológico e industrial; capacidade interna de geração dos recursos financeiros necessários; existência de uma sociedade disposta a aceitar o desafio da constante busca e adoção de soluções autônomas para seus problemas específicos.

A identificação desse país como o Brasil é óbvia. Tal evidência dispensa mesmo o recurso a injunções adicionais como a aguda dependência de suprimentos externos de combustíveis fósseis ou a acentuada participação da indústria automobilística na economia nacional.

Entre os principais fatos a serem considerados na presente situação destacam-se, naturalmente os seguintes:

- o álcool etílico é perfeito sucedâneo para os combustíveis líquidos tradicionais;
- sua inserção na estrutura de consumo energético brasileiro é viável;
- as áreas de cultivo adicional requeridas para essa inserção são perfeitamente compatíveis com as disponibilidades brasileiras;
- a fabricação do álcool etílico de origem vegetal é apoiada em tecnologia totalmente nacional;
- os custos estimados para o litro de álcool de origem vegetal comparam-se favoravelmente com os atuais preços do litro de combustível tradicional;
- as adaptações dos motores a explosão ao emprego do álcool como combustível estão inteiramente ao alcance da tecnologia nacional.

O elenco de fatos acima relacionados favorece a intensificação de esforços no sentido de tornar a adoção do álcool etílico como combustível uma realidade brasileira em futuro próximo.

Em país de dimensões continentais, como o Brasil, distinguem-se, pela variedade de climas e solos, regiões com maiores ou menores condições favoráveis ao incremento de cultivos diversos.

Encontramos, em relação ao Estado da Bahia, um conjunto de excelentes características para o desenvolvimento da lavoura de mandioca e cana, com a finalidade de aproveitá-las como matérias-primas industriais na fabricação do álcool etílico.

A Bahia é, dos Estados da Federação, a maior produtora de mandioca, o que significa familiaridade do agricultor com o plantio,

defesa e outros detalhes do cultivo, ou seja, um embasamento para a escalada da produção que se fará necessária.

A possibilidade, no Estado, do desenvolvimento próximo de lavouras de cana e de mandioca, conduz a situação privilegiada no sentido de funcionamento ininterrupto das destilarias e economia de combustível, pois o excesso de bagaço será aproveitado nas caldeiras quando da operação com mandioca.

Atento a este conjunto extremamente favorável ao sucesso do empreendimento, o Governo, utilizando **know-how** desenvolvido no Ministério da Indústria e do Comércio, com implementação assegurada por empresas como a PETROBRÁS S/A, contempla a instalação no Estado da Bahia de destilarias de álcool de mandioca de grande porte. Estas destilarias inclusive terão acentuadas vantagens na sua instalação e funcionamento, decorrentes do fato de que a usina pioneira com funcionamento previsto para fins de 1977, muito concorrerá no sentido de ajuste de técnicas, resolução de problemas eventuais, etc.

Esta primeira usina de álcool, planejada com tecnologia nacional e já experimentada em escala industrial menor, constituirá excelente base para a escalada projetada para o Estado da Bahia.

Outra iniciativa que se torna cada dia mais premente, mais justa, e mais necessária, é a progressiva redução da taxa que onera o cacau em favor da CEPLAC. Nada a explica e nada a justifica atualmente. Por certo, teve a sua oportunidade, e também a sua utilidade em períodos anteriores da lavoura cacauera. Hoje, depois de incorporada a CEPLAC ao Ministério da Agricultura não há dúvida de que os seus trabalhos, as suas despesas, os seus projetos, deverão correr por conta das verbas normais do Ministério. Na realidade, é apenas um terrível ônus para toda a economia da região cacauera, mas, principalmente, uma imensa injustiça contra os que trabalham, produzem e enriquecem a Bahia e o Brasil. Por que essa exceção em relação ao cacau? Haverá alguma taxa a pesar sobre a soja, sobre o trigo, sobre o algodão, sobre o sisal, sobre a mamona? Creio que não. Todos, entretanto, são amparados, ajudados, fomentados, assistidos por órgãos adequados do Governo Federal.

Por que uma exceção em relação ao cacau? Na realidade são dezenas e dezenas de milhões de cruzeiros retirados cada ano da economia dos produtores de cacau. Por que? Não deverá o Ministério da Agricultura, que existe para isso, dar aos lavradores do cacau, mesmo por intermédio da CEPLAC, toda a assistência que esta proporciona cobrando tão caro? Até hoje não entendi por que essa odiosa exceção em relação ao principal produto agrícola da Bahia. Aliás, nada altera esse ponto de vista se nos voltarmos para os problemas de financiamento da produção, do plantio, do replantio, ou da substituição das culturas. Para isso é que existe o PROTERRA, e não haverá, portanto, como justificar que não beneficie o cacau, substituindo vantajosamente a assistência financeira da CEPLAC. Antes do PROTERRA era possível dizer que os recursos arrecadados por aquele órgão acabavam em parte, insisto, carregados para o cacau. Hoje, no entanto, isso se tornou desnecessário. Dentro dos financiamentos normalmente concedidos à agricultura brasileira é perfeitamente possível atender às necessidades da lavoura cacauera.

Não se esqueça, afias, que, ao ser criada, foi tida e anunciada como taxa de emergência. Será que não é tempo de mostrar que já se esgotou demasiadamente esse período de emergência? É o que esperamos. E conosco toda a região cacauera, sacrificada, oprimida, onerada, por uma taxa injusta.

Setor para o qual pediria atenção especial do Governo Federal é o rodoviário. Desconheço as razões que, praticamente, eliminaram a Bahia das cogitações do DNER. O fato, porém, é incontestado, e os baianos sentem isso. Cada dia menos notícia da inauguração de importantes obras rodoviárias no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas Gerais. Na Bahia não exagero dizendo que não se faz quase nada. Bastará que vejamos o que a Bahia, seja pelo seu território, seja pela sua população, seja pela sua economia, representa no panorama geral do Brasil para saltar aos olhos que a previsão de um

dispêndio, em 1976, correspondente a 5% dos investimentos do DNER é quase irrisório. Num total de dez bilhões as estradas baianas deverão ter pouco mais de duzentos milhões. Não será excessivamente pouco?

Nem se diga que a Bahia possui razoável sistema rodoviário. Longe disso. Longe disso, apesar do esforço feito pelo Estado, no sentido de dotar o território baiano de algumas importantes vias de penetração. Cansáramos de esperar pela União. O Governador Lomanto Junior tomou a iniciativa de construir a estrada que liga Salvador a Juazeiro, abrindo assim uma porta para todo o Nordeste. Na minha gestão, com imenso sacrifício, mas dada a importância e urgência da obra, foi construída a BR—242 até às margens do São Francisco, em Ibotirama. Ao Governo Federal restou apenas fazer a ponte sobre o rio, e levar a estrada até Barreiras — obras somente agora programadas — permitindo assim a comunicação com Brasília. Cinco anos, entretanto, já se passaram em vão. Também projetei e dei início à chamada do Feijão, que se estende até Xique-Xique, no São Francisco, e concluída pelo Governador Antonio Carlos Magalhães.

Se evoco tais fatos é para mostrar que o DNER tem estado bastante ausente da Bahia na construção das grandes vias de penetração, normalmente a cargo da União. Atualmente, como obras prioritárias, lembraria, inicialmente, a duplicação da Bahia-Feira de Santana. A meu pedido o Ministro Andreazza mandou fazer e aprovou o projeto de engenharia para duplicação da Bahia a Feira de Santana. Fez-se apenas um pequeno trecho de 30 quilômetros. A verdade, porém, é não existir no Brasil toda uma estrada com equivalente movimento de veículos ainda em pista única. A conseqüência são os desastres numerosos, que deram à rodovia o triste nome de "estrada da morte". É portanto urgente que se ponha mãos à obra na duplicação total da BR—324 até Feira de Santana, sob pena de assistirmos a crescente número de acidentes na rodovia que se tornou obsoleta, não oferecendo um mínimo de segurança. Não param, porém, af as necessidades mais prementes da economia baiana em matéria de rodovia.

Outra rodovia considerada de extraordinária importância econômica, e para a qual estiveram sempre voltadas as vistas dos estudiosos e planejadores do nosso sistema rodoviário, é a BR—030, que se estende do litoral até o coração do Brasil, atravessando regiões férteis, mas atrofiadas na sua economia pela falta de transporte. Também Paulo Afonso, onde se situa a Usina da CHESF, das mais importantes do País, permanece praticamente isolada, esperando que o DNER conclua essa autêntica obra de Santa Engrácia que é a ligação até Ribeira do Pombal, e daí a Serrinha. Basta, aliás, abrir um mapa e ver quanto a Bahia é pobre, deficiente, em matéria de rodovias, cuja inexistência afxia a produção, pela falta de circulação. Não tenho mesmo dúvida de que se abrirem um mapa, e examinarem a situação da Bahia, os responsáveis pela construção do nosso sistema rodoviário experimentarão certo constrangimento. Para bem se avaliar nossas necessidades, não deve ser esquecido termos um território igual ao da França e muito superior à maioria dos países sul-americanos. A nossa população é equivalente à do Chile, e também maior do que a de muitas nações do continente. O que significa devermos atender numa grande área territorial, de baixa densidade populacional, urgentes necessidades em matéria de educação, de saúde, de transporte, trabalho e alimentação. Tudo isso, portanto, a mostrar quanto é premente e difícil encontrarmos o caminho do desenvolvimento.

Ao lado dessas cousas de monta, verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento da Bahia, há também as de menor porte, mas nem por isso menos presentes na sensibilidade dos baianos, que sentem mais do que se queixam. Eu é que não devo calar. Representante do meu Estado considero precipuo dever, dever do qual jamais abriria mão, fossem quais fossem as contingências e conseqüências, externar o que esperamos da ação governamental.

Somos gratos pelo muito que se tem feito, mas isso não significa não tenhamos outras justas e prementes aspirações. Aspirações tanto maiores quanto somos ainda um Estado pobre, bastante pobre mesmo se friamente examinada a nossa situação face à renda *per capita*, ao desenvolvimento do ensino em todos os graus, a assistência hospitalar. Ainda estamos longe de vencer a *praga* do subdesenvolvimento e não nos devemos iludir com algumas obras antes santuárias do que econômicas. Não quero citar números, pois acredito que, no caso, são desnecessários. Basta ter olhos para *ver*, sensibilidade para avaliar, pois a nossa pobreza está à vista de todos, embora seja bem menor a partir de 1964.

Contudo, Sr. Presidente, para não fugir ao enunciado dessas aspirações menores dos baianos, peço licença para declinar algumas. A primeira delas, vinculada ao sistema ferroviário, é relativa à criação, na Rede Ferroviária Federal, do Sistema Regional Leste, com sede em Salvador. Não se trata apenas da reparação parcial da inexplicável marginalização de Salvador com a localização, em Recife, do Sistema Regional Nordeste, e cujos inconvenientes foram exaustivamente demonstradas em memorial da Associação dos Engenheiros da Viação Leste Brasileiro. Depois dos estudos e projetos realizados em 1971 pelo Consórcio Transcon, Astep, Tenpo sobre os transportes na Bahia, tornou-se imprescindível localizar em Salvador um centro de decisão capaz de efetivar as obras ferroviárias mais urgentes, a começar pela construção da variante Mapele — Feira de Santana—Itaqu. Não pode deixar de ser considerado o desenvolvimento do Centro Industrial de Aratu, o Porto de Aratu e o Pólo Petroquímico de Camaçari, bem como o terminal petrolífero de Candéias. A verdade é que o injustificado deslocamento para Recife da Sede da Leste, com grave prejuízo para a Bahia e o seu comércio, como que tem retardado as obras ferroviárias desse Estado. A consequência tem sido, e continuará a ser, um pernicioso círculo vicioso, pois ao mesmo tempo em que alega a reduzida tonelagem transportada esta deixa de crescer pela ineficiência da ferrovia. Desnecessário acentuar o prejuízo decorrente para a economia baiana que espera adequada revisão, para atender às exigências da circulação de mercadorias em condições econômicas satisfatórias.

Aliás, a Bahia não tem tido sorte em relação à localização de órgãos federais que aí teriam a sua sede natural. Além da Leste Brasileiro perdemos a CHESF, que tem em Paulo Afonso, na Bahia, a sua grande usina de produção hidroelétrica. Em breve também haverá Sobradinho, igualmente situado na Bahia. Mas, apesar das comunicações mais fáceis entre Salvador e Paulo Afonso, ao ser feita a transferência da sede para fora do Rio de Janeiro, também a fortuna não sorriu à Bahia, cujas condições se nos afiguravam as melhores possíveis para os interesses da Empresa. Os fatos, entretanto, não param aí. Ao se buscar uma nova sede para a CEPLAC, que tem a seu cargo a recuperação e amparo da lavoura do cacau, em mais de 90% situada no Sul da Bahia, preferiu-se transferir a sede para Brasília, onde não há um pé de cacau, sob a alegação da proximidade dos órgãos financeiros do País, como se a função principal da CEPLAC não fosse a assistência técnica para a recuperação e ampliação das plantações. Ignoraram-se as inúmeras vantagens que adviriam para a região do cacau, principalmente para os 25.000 lavradores que produzem anualmente centenas de milhões de dólares, e que estariam poupados dos incômodos de se deslocarem para Brasília, do mesmo modo que os órgãos técnicos de planejamento se ressentem de maior proximidade dos órgãos de decisão. A comodidade dos dirigentes, que parecem preferir permanecer longe do cacau, do qual vivem, e para o qual deveriam viver, fez do problema um cavalo de batalha. E como há muitos e muitos milhões de cruzeiros a distribuir não foi difícil criar uma impressão de conformidade da região, ou pelo menos, de alguns beneficiários. A realidade, contudo, é outra: o que a região do cacau, especialmente os seus grandes centros, como Ilhéus e Itabuna, desejam é que a sede da CEPLAC fique na região, sentindo de perto as necessidades e careando maiores recursos, inclusive do orçamento do Ministério

da Agricultura, que deve amparar o cacau da mesma maneira por que apóia outras culturas. Não há porque punir o cacau pelo fato de não se incluir entre as culturas onerosas, que necessitam de subsídio. Nós não precisamos de subsídios. Mas, nem por isso é justo que se tire da lavoura, como ocorreu em 1975, quase cem milhões de dólares. A que título? Falo com o desembaraço de quem, infelizmente, tal como Brasília, não possui um pé de cacau. Mas, no particular a nossa má sorte é total. Não falo de fato da PETROBRÁS, que alguns imaginaram ficar bem na Bahia ao tempo em que éramos, praticamente, os únicos produtores nacionais de petróleo. Quero, porém, me referir à Comissão do Vale do São Francisco, hoje crismada com o nome de Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e a sigla de CODEVASF. Não-somente os grandes trechos navegáveis, mas também as maiores áreas cultiváveis do extraordinário Vale estão em território baiano. Não nos valeu, porém, essa condição para abrigarmos a sede da Comissão, e nem sei mesmo se ficará em Juazeiro um Departamento que lá existiu, e com boas instalações ao tempo em que o Deputado Manuel Novaes desenvolveu grande atividade política na região.

Quando alguns órgãos de atuação regional se situam fora da Capital do País, como é o caso da SUDENE e da CHESF em Recife, do Banco do Nordeste, em Fortaleza, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, também em Fortaleza, não encontro explicação para que não venham para Salvador os que aí teriam o seu *habitat* natural, lógico, eficiente.

Falo, principalmente, como político, e com responsabilidade na vida partidária.

Sempre que apresento uma razão, um argumento político, para justificar algumas dessas sugestões, e isso me tem ocorrido numerosas vezes, existe sempre uma razão técnica a aconselhar outra solução. Por certo o ideal será conciliar os imprescindíveis conhecimentos técnicos com a visão política, pois nada se faz por intuição, seja qual for o campo de atividade. E nós sabemos em que deu a famosa intuição militar de Hitler. Mas, a técnica divorciada da sensibilidade política, que se destina a atender aspirações e esperanças, minorando sofrimentos ou a eles acenando e propiciando soluções em prazo suportável, não levará a nada estável dentro de um regime democrático permanentemente sujeito à crítica e aos resultados eleitorais. Os problemas podem ser resolvidos no silêncio dos gabinetes, mas as eleições somente se ganham no rumor dos comícios e na atenção aos desejos do povo.

Não é que pretenda subestimar a importância dos técnicos, máxime numa época de continuados avanços tecnológicos, que precisam e devem ser postos a serviço das comunidades. Longe disso. Tenho o maior apreço pela fecunda colaboração dos técnicos, sejam quais forem, e nos vários setores por que se distribuem. Diria mesmo que o ideal seria poderemos reunir em uma só personalidade os conhecimentos técnicos e a sensibilidade política. Mas, isso é raro e representa exceções. Infelizmente, sempre que advoguei no sentido de atender tão justas aspirações da Bahia fui embargado por motivos técnicos, pois a verdade é que estes nunca faltam, no reiterado propósito de marginalizar os representantes da política. O que é talvez o cúmulo dos que sabendo muitas coisas não conseguem aguar a sensibilidade que deve ser a virtude dos que pretendem liderar e orientar as comunidades.

Os técnicos não estão obrigados a atender aspirações coletivas, limitando-se a conclusões frias, e até compreensíveis sob o ângulo que adotam. São políticos somos diferentes, pois nossas responsabilidades são mais gerais, obrigados como somos a antever consequências sociais, políticas e eleitorais. Sei que muitos reagem a esse ponto de vista, acreditando estar certo o que está tecnicamente certo. Politicamente é um erro. E a política é que comanda os povos, principalmente num regime baseado no voto. Para que se tenha idéia do que afirmo, e disso não pretendo afastar-me um milímetro, quero lembrar dois episódios bem conhecidos que podem dar a medida do que pode ocorrer quando a técnica abandona a política. O primeiro

deles foi a tomada do Poder por Adolfo Hitler que teve como causa fundamental a política do Chanceler Brunning, cuja orientação econômica, tecnicamente certa, perfeita, acarretou cerca de quinze milhões de desempregados na Alemanha. Uma ligeira visão aconselhava mudar-se o rumo, deixando de lado o que tão segura e acertadamente recomendavam os técnicos. Mas, como contrariar os técnicos? Brunning foi inflexível. Quando vieram as eleições Hitler derrotou fragorosamente os técnicos de Brunning, tomou conta da Alemanha e lançou o mundo na tragédia de 1939 a 1945. Mais de vinte milhões de mortos devem estar a clamar das sepulturas contra as tecnicamente perfeitas decisões do Chanceler Brunning.

O outro episódio a recordar é o do *New Deal*. O Presidente Hoover firmemente agarrado aos clássicos ensinamentos econômicos, para enfrentar a dramática depressão de 1929 era o mais qualificado representante de toda a doutrina então dominante. Homem íntegro, com largos serviços ao país e à humanidade, ele se revestira de estóico espírito de sacrifício na defesa de quanto aprendera e até aplicara nos compêndios de economia. Tecnicamente a sua posição era intocável. Politicamente seria um completo desastre, tendo levado a América do Norte à beira de uma insurreição social sem precedentes. Somente graças ao *New Deal*, acima de tudo audacioso plano político, antes de ser uma solução técnica, foi possível ao Presidente Roosevelt restabelecer a confiança e a tranquilidade na vida norte-americana.

Perdoem-me essa digressão, possivelmente impertinente ao versar modestos problemas estaduais. Mas, a soma dos pequenos problemas poderá levar aos grandes resultados. Quanto a mim o que não desejo é que me acioem de omissão no cumprimento de deveres diante dos que me honraram com o seu voto.

Desejaria não omitir aqui uma palavra sobre as dificuldades que, em grande parte originárias dos elevados custos financeiros e da impossibilidade de serem cumpridos cronogramas de implantação, têm envolvido várias das indústrias que gozam incentivos da SUDENE.

Bastaria, aliás, acentuar que num período de doze meses, entre 1974 e 1975, os custos, entre juros e correção monetária, chegaram a atingir 43%, nível insuportável para qualquer atividade industrial. Em boa hora, reconhecendo a impossibilidade de subsistirem em condições normais indústrias oneradas por tão elevados custos, resolveu o BNDE limitar a um máximo de 20% a correção monetária, mediante a concessão de créditos para o excedente.

Não podemos nem devemos perder de vista que a industrialização do Nordeste ainda se encontra em fase embrionária, representada na sua quase totalidade por pequenas e médias indústrias, cuja sobrevivência deve ser encarada como um problema regional, social, político e não apenas empresarial.

Não basta, porém, que essa orientação seja seguida pelo BNDE, e sim que seja também adotada pelos demais órgãos financeiros governamentais, que têm a responsabilidade do desenvolvimento do Nordeste.

Por último, Sr. Presidente, desejo consignar apelo, que me é sabidamente grato, dada a importância que atribuo à educação no futuro do nosso povo, e pertinente aos primeiros passos para tornar possível a instalação de uma Universidade em Vitória da Conquista, uma das grandes capitais do interior do Brasil, e cuja população aspira lhe sejam abertas novas e melhores oportunidades para a educação da sua juventude.

Acredito que seria de estranhar se aqui viesse para assinalar o que se tem feito, e sou o primeiro a proclamar o muito que se faz, a começar pela petroquímica, e não transmitisse aos órgãos governamentais, com franqueza que lhes devo, quanto os baianos desejam e esperam seja realizado em prazo hábil, melhorando as difíceis condições de vida que, infelizmente, ainda afligem, pela pobreza, uma secular pobreza da qual somente agora começamos a nos afastar, centenas de milhares de famílias do meu Estado. Aos que sofrem talvez faça bem saberem que há alguém preocupado —

poderia dizer alguns — em ajudá-los, criando melhores oportunidades de vida, de trabalho e de bem-estar. E essa é a grande preocupação do Governo.

Declarou há pouco o Presidente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, que o "bom Governo ganha eleições". Se a assertiva é exata, não tenho dúvida de que venceremos por larga margem, pois se perdermos teremos a prova de que ou o Governo não logrou mostrar ao povo tudo quanto tem feito em favor dele, ou a demagogia, com as suas ilusões, ainda parecerá mais frutuosa do que o melhor dos Governos. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Tem a palavra, como Líder, o nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (ARENA — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não de hoje mas de algum tempo — e por coincidência, também, ontem, sob o título "Espaços Vazios" — o *Jornal do Brasil*, publica artigos a que, hoje, o Governo, por nosso intermédio, tem o ensejo de, com fatos, dar cabal explicação.

Diz o matutino, a respeito da inauguração da usina em Patos, Minas Gerais, usina-protótipo da produção de 150 mil toneladas de concentrado de fosfato:

"Não se pode negar à CPRM papel pioneiro nesse campo. O Brasil continua dependente de nutrientes básicos: é importador de potássio, vem pensosamente desenvolvendo suas fábricas produtoras de nitrogenados e depende em quase 1 milhão e meio de toneladas de importações de rochas fosfatadas para produzir este componente do clássico NPK."

E depois de outras considerações, afirma:

"Cabe, entretanto, indagar sobre o papel do Estado e do empresariado privado neste como em outros campos industriais de base. Já dispomos de razoável infra-estrutura técnica na química e na petroquímica, e são conhecidos vários projetos particulares para a área de fertilizantes.

O Estado, uma vez demonstrada a viabilidade de um projeto, cumpre sua missão. Ele ocupa o "espaço vazio" correndo os riscos que o empresário privado nacional não pode correr, até mesmo pela escala dos investimentos necessários e pela impossibilidade de utilizar recursos usualmente lançados a fundo perdido. Contudo, uma vez viabilizado um empreendimento, deve o Estado convocar a iniciativa privada a assumir a arrancada decisiva e final, precisamente onde lhe faltam recursos humanos e capacidade de empreendimento que em geral se encontram entre os particulares.

É de se esperar que o salto do fosfato seja nesta direção."

Este, o artigo do *Jornal do Brasil*, de 31 de março de 1976, portanto, de ontem.

A resposta a dar a esse bem lançado editorial encontra-se no discurso proferido pelo Sr. Ministro das Minas e Energia, em nome do Senhor Presidente da República, na localidade acima citada, quando da inauguração do empreendimento a que nos referimos, pronunciamos esse que o eminente Senador João Calmon e nós próprios, presentes à cerimônia, tivemos, hoje, o ensejo de pedir-lhe a transcrição.

Para conhecimento da Casa, apenas, e procurando ser o mais sintético possível, dele pinçamos aquilo que fundamentalmente interessa ao assunto percutido.

Diz S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro Shigeaki Ueki:

"O Executivo submeteu recentemente ao Congresso Nacional um projeto de lei que busca apenas um aperfeiçoamento nas atribuições da CPRM. Em resumo, o que se pretende é dar maior flexibilidade para a empresa negociar a